Pivetta rebate deputado sobre classificação de facções como terroristas em Mato Grosso

Governador reeleito defende projeto que busca enquadrar organizações criminosas como terroristas no estado.

Conteúdo/ODOC - O governador reeleito de Mato Grosso, Otaviano Pivetta (Republicanos), respondeu às objeções levantadas pelo deputado estadual Carlos Avallone (PSDB) concernentes à iniciativa de classificar grupos criminosos organizados como entidades terroristas na unidade federativa.

Na sua manifestação, Pivetta sugeriu que o parlamentar deveria concentrar seus esforços nos criminosos que, em sua avaliação, Avallone teria relação de defesa.

"Iremos executar as ações necessárias para confrontar esses grupos, essas estruturas ilegais que têm prejudicado pessoas inocentes e ocasionado destruição em inúmeras famílias. Fui eleito com o propósito de servir à população e isso é o que farei. Portanto, que o Avallone se preocupe com esses criminosos que ele ampara", afirmou durante entrevista ao RDNews no sábado (31).

A manifestação surgiu em sequência às posições assumidas por Avallone, que demonstrou prudência quanto ao projeto encaminhado pela administração estadual ao órgão legislativo. O deputado argumentou pela necessidade de moderação na inclusão das facções na categoria de organizações terroristas, alertando que tal procedimento poderia facilitar interferências externas nos assuntos brasileiros.

O legislador ressaltou, particularmente, possíveis intervenções do governo norte-americano em grupos identificados como estruturas terroristas.

Intensificação das estratégias de segurança

Contrariando as manifestações contrárias, Pivetta enfatizou que o projeto viabilizará às instituições de segurança pública estaduais formular direcionamentos operacionais para lidar com as facções criminosas.

O projeto em análise no poder legislativo estadual indica inicialmente dois grupos organizados criminosos, mas comporta a expansão para incorporar outras entidades à categoria.

O documento normativo igualmente prevê a integração entre os órgãos responsáveis pela segurança em Mato Grosso com instituições federais, organismos internacionais e corporações de outros estados, reconhecendo que a influência dos grupos criminosos ultrapassa os limites territoriais mato-grossenses.